



A CIÊNCIA LUSO-BRASILEIRA NA EUROPA ILUMINISTA DO SÉCULO XVIII

Simone Santana Rodrigues Elias*

Décio Ruivo Martins**

Ildeu de Castro Moreira***

Resumo: Os ideais iluministas do século XVIII chegaram ao Brasil por duas vias: pelos livros clandestinos que alimentaram os movimentos separatistas e pela elite letrada na Europa, que retornava à Colônia quase sempre a serviço da Coroa portuguesa. No presente trabalho, analisaremos esses caminhos distintos e fundamentais para que o conhecimento científico chegasse ao Brasil Colonial – mesmo que timidamente. Veremos também o crescente interesse da comunidade científica internacional no estudo das riquezas naturais desse novo mundo, a ser revelado sob a ótica iluminista, fato que transformou, significativamente, a relevância da investigação realizada por luso-brasileiros.

Palavras-chave: Iluminismo no Brasil. Personalidades da Ciência luso-brasileira. Academias de Ciência. História da Ciência Brasileira. Educação no Brasil Colônia.

INTRODUÇÃO

A institucionalização da Ciência no Brasil definitivamente não era do interesse da Coroa portuguesa, pelo menos, até o início do século XIX. O projeto de ensino instalado pelos jesuítas havia sido extinto e a proibição a uma universidade colonial mantinha-se vigorosa, negando todos os pleitos enviados a Portugal. As poucas sociedades literárias criadas foram se acabando ou foram fechadas por determinações reais. A primeira academia científica do Império Português, a Academia de Ciências do Rio de Janeiro, criada em 1771, foi fechada em 1779, no mesmo ano em que foi criada a Academia Real de Ciências de Lisboa, que sobrevive

* Doutoranda em História das Ciências e Educação Científica pela Universidade de Coimbra, Laboratório Nacional de Computação Científica LNCC/MCTIC. *E-mail:* simone@lncc.br

** Professor do Departamento de Física da Universidade de Coimbra, Centro de Física da Universidade de Coimbra, CFisUC. *E-mail:* decio@uc.pt

*** Professor do Instituto de Física da Universidade Federal do Rio de Janeiro. *E-mail:* ildeucaastro@gmail.com

até os dias atuais. As tipografias no Brasil eram proibidas, e as diversas tentativas foram destruídas. Toda a comunicação interna era controlada e a circulação de livros era restrita tanto em Portugal quanto nas suas dominações, e, dessa forma, a grande maioria da população do século XVIII permanecia analfabeta em todo o Império Português.

A nova forma de compreender o universo, inspirada pelo Iluminismo, que dominou grande parte da Europa, não foi suficiente para transformar a América portuguesa de forma efetiva. Para Wilson Martins, o progresso científico intrínseco às Luzes do século XVIII ocorreu no Brasil como "um período contraditoriamente caracterizado pela repressão contra as ideias ilustradas" (MARTINS, 1977, p. 454), referindo-se à prisão dos poetas arcádicos, como Silva Alvarenga, e o fechamento da Sociedade Literária do Rio de Janeiro, sob a acusação de associação aos movimentos separatistas e promoção das ideias de liberdade que chegavam dos Estados Unidos e da Europa.

Mesmo que o Iluminismo no Brasil, segundo Martins (1977), não tenha passado de um 'clima', sem concretude prática, sua presença pôde ser notada nos novos modelos de expedições exploratórias na colônia. Maria Odila Dias (1968) escreve sobre essa influência europeia da mentalidade ilustrada sobre os letrados do Brasil ao introduzir um viés científico nas práticas de pesquisa e exploração dos recursos naturais, presentes na origem da cultura nacional. Segundo a autora, a nova ética do século das luzes chegou ao Brasil não apenas na introdução da prática investigativa de seus recursos naturais, mas na instalação do desejo de liberdade, conhecimento e progresso, estimulando as primeiras manifestações revolucionárias e republicanas no Brasil (DIAS, 1968).

Para Rouanet (2007), o movimento Iluminista (ou Ilustração) praticado na França propunha a modernização técnico-científica, aliada à rigorosa análise crítica de suas instituições ao questionar os poderes constituídos; para ele, o Iluminismo em Portugal diferenciou-se do movimento francês ao praticar somente a sua primeira vertente, que valorizava as ciências e a natureza, sem transformar as suas instituições com o mesmo rigor. Apesar disso, Rouanet relata a presença dos ideais franceses nos movimentos emancipacionistas no Brasil, como a Inconfidência Mineira de 1789, Inconfidência Carioca de 1794, Inconfidência Baiana de 1798 e Inconfidência Pernambucana de 1801. Para o filósofo, o clima intelectual da Independência foi revelado, em parte, invocando a razão e a natureza como código universal para justificar os manifestos.

ESTUDANTES ALÉM-MAR

Coimbra recebeu o primeiro estudante luso-brasileiro, o pernambucano Manuel Paiva Cabral, em 1586, e até a Independência do Brasil foram matriculados 2.464 estudantes, entre eles, 75 doutorandos. O primeiro luso-brasileiro com grau de Mestre foi o baiano Agostinho

Ribeiro,¹ em 1585, e grau de Doutor, o pernambucano Pedro Machado de Brito,² em 1676 (MORAIS, 1949).

Logo após a Reforma Pombalina,³ idealizada pelo Marquês de Pombal (1699-1782)⁴ e efetivada pelas mãos do então Reitor Reformista, o luso-brasileiro Francisco Lemos Coutinho (1735-1822), um número ainda maior de estudantes deixou o Brasil para iniciar sua formação científica em Coimbra e em outras universidades europeias, como Montpellier, Salamanca e Edimburgo.

Porém, pouco se sabe sobre esses homens formados na Europa, já que raramente encontramos referências às suas produções e pouco se buscou qualificar sua participação no cenário internacional. Para Antonio Candido, no século XVIII, houve no Brasil um número expressivo de homens que marcaram seu tempo e alcançaram a habilitação na Europa "(...) um fato ainda não bem estudado – o da quantidade de jovens bem-dotados e de boa formação que, não obstante, se perdem para a vida científica, ou não tiraram dela os frutos possíveis" (CANDIDO, 2006, p. 110).

A maioria dos estudantes, filhos da elite local que foram mandados a Portugal, retornava ao Brasil em funções administrativas ou políticas, permanecendo um pequeno número na Europa (alguns como professores da universidade). Pouquíssimos mantinham alguma atividade científica, que ainda não era institucionalizada, ao retornarem ao Brasil. Na conferência conjunta de membros da Academia das Ciências de Lisboa e da Academia Brasileira de Ciências em 2006, Sérgio Rouanet, destacando a relevância desses homens letrados no período do Brasil colonial, afirmou: "os brasileiros atuaram como agentes ativos do processo tri-continental da globalização lusa, onde agiam como homens de letras e como funcionários da coroa" (ROUANET, 2007, p. 127).

Na mesma direção, Pereira e Cruz escrevem sobre a historiografia dos letrados do Brasil do século XVIII, definindo-os como os "colonos cientistas", que, segundo eles, foram perso-

1 - Natural da Bahia, em 14 de julho de 1586, recebeu o grau de Bacharel e Mestre em Artes após um ano na Universidade de Coimbra, egresso do Colégio de Salvador que, por Provisão Real, foi incorporado à universidade pelo período de um ano, para adquirir a titulação (MORAIS, 1949).

2 - Natural de Pernambuco, Bacharel em Cânones pela Universidade de Salamanca em 1673, tendo adquirido o Grau de Doutor em Cânones, na Universidade de Coimbra em 1676 (MORAIS, 1949).

3 - Com os novos estatutos, a Universidade de Coimbra, além das quatro faculdades existentes – Teologia, Cânones, Leis e Medicina –, criava as faculdades de Matemática e Filosofia, além das seguintes instalações: Gabinetes de História Natural e de Física Experimental, Laboratório Químico, Jardim Botânico, Observatório Astronômico, Hospital Universitário, Teatro Anatômico e o Dispensatório Farmacêutico (RODRIGUES, 1988).

4 - Reconhecido por ter criado um ambiente fértil para as Reformas Pombalinas, por meio de seu folheto *Verdadeiro método de estudar*. Verney havia estudado com os oratorianos no Colégio das Necessidades e com os jesuítas no Colégio de Santo Antônio, formando-se em Filosofia com os jesuítas na Universidade de Évora e seguido para Roma, onde acompanhou a reforma da universidade *De Sapienza*. Essa experiência o fez acreditar na urgência da reforma do ensino português, sugerindo, segundo Gonçalves, "um freio à autoridade da Inquisição bem como aos limites à atuação da cúria romana na governação pública" (GONÇALVES, 1999, p. 59), ficando o iluminismo lusitano intimamente ligado ao iluminismo católico italiano.

nagens fundamentais para a produção de informações de "primeira mão" sobre o mundo colonial e para o estabelecimento de planos coerentes com a identidade do Brasil. Eles afirmam que

[...] a atuação dessa geração de cientistas-colonos excedeu em muito os limites do território do Brasil e resultou em vastíssima produção textual; a despeito disso, não despertou maiores atenções dos estudiosos. Curiosamente, um relativo silêncio envolve essas trajetórias (PEREIRA; CRUZ, 2014, p. 10).

ESTUDANTES NA EUROPA ILUMINISTA E MOVIMENTOS SEPARATISTAS

Gonçalves relata que a maçonaria chegou a Portugal em meados do século XVIII, influenciando muitos militares e até mesmo estudantes à beira do Mondego, onde a formação humanista passava pela leitura iluminista de Voltaire, Euclides, Cervantes, Newton, Lineu, D'Alembert, Hobbes, Toscanelli, Cícero, Molière, Ovídio, Shakespeare, Rabelais, Bezout, Horácio e muitos outros livros, que circulavam clandestinamente entre os estudantes. Em 1770, uma grande fogueira ateadada pela Real Mesa Censória ardeu no Terreiro do Paço em Lisboa com as obras julgadas como nefastas à religião, na tentativa de abolir de Portugal, o pensamento de Rousseau, Voltaire, Bayle, abade Raynal, Boulanger e La Mettrie. Era uma fase de movimentos contraditórios entre a prática ilustrada e o conservadorismo, o moderno e o antigo. Gonçalves afirma que "os efeitos da reforma começaram no mesmo ano em que as chamas da intolerância ardiavam livros no Terreiro do Paço" (GONÇALVES, 1999, p. 72), pois, no mesmo ano, Pombal criou uma junta de providência literária para examinar o ensino universitário, no ano seguinte, em 1771, foram promulgados os novos estatutos da Universidade de Coimbra.

Com a grande concentração de jovens estudantes do Brasil em Coimbra, iluminados pelas Luzes do século XVIII, os ideais separatistas passavam a ser discutidos em reuniões de grupos compostos por portugueses do Brasil. A prova desses manifestos universitários está registrada nas anotações acadêmicas de alguns estudantes, presentes no Arquivo Geral da Universidade de Coimbra, por exemplo:

José Alves Maciel, filho de José Alves Maciel, natural de Vila Rica, cursou Matemática em 2-xi-1782 e Filosofia em 27-x-1783 a 30-x-1784. Formou-se em Filosofia em 16 de julho de 1785. Foi um dos doze estudantes brasileiros que se comprometeram, em reuniões patrióticas, a empregar todos os seus futuros esforços para alcançarem a independência do Brasil. Depois de uma viagem por Inglaterra, onde se dedicou ao estudo da indústria manufatureira e da química, voltou ao Brasil em 1788. Fiel ao compromisso que em Coimbra

tomara, entrou na conspiração mineira, chefiada por seu cunhado Francisco de Paula Freire de Andrade. Alves Maciel, como outros, foi condenado à morte, sendo-lhe, porém, a pena comutada em desterro de dez anos para Angola. Foi encarregado pelo Governo de montar uma fábrica de ferro naquela colônia, missão que cumpriu. Faleceu sem ter voltado ao Brasil (MORAIS, 1949, p. 320).

Como dissemos, Coimbra não foi o único destino dos jovens que saíram do Brasil para estudar. O autor Chacon (1990) relata a presença de um grupo de estudantes matriculados⁵ na Universidade de Montpellier, na segunda metade do século XVIII, onde puderam entrar em contato com as ideias iluministas e o forte impacto da Revolução Industrial, da Revolução Francesa e da Independência Americana, que serviram de inspiração para o crescimento do ideal que influenciou os nacionalistas no Brasil. Na mesma direção, Salgado, Gusmão, Kahn e Maitrot (2001) afirmam que a principal inspiração dos estudantes brasileiros em Montpellier, vinculando às ideias iluministas e ao desejo de libertação, veio do livro *Histoire philosophique et politique des deux indes*, escrito pelo Abade Guillaume-Thomas Francois Raynal (1713-1796) e seus colaboradores, publicada em edição anônima em 1770.

O trabalho de análise do capítulo sobre a colonização do Brasil, nas diversas edições do livro do Abade Raynal, realizada pelos autores Furtado e Monteiro, conclui que Raynal apresentava os indígenas (*naturels du pays*) como os verdadeiros brasileiros, os reais donos da terra e que foram cruelmente dominados pelos europeus, pervertidos pela enorme cobiça do comércio mercantilista, usando a cruz para escravizar cruelmente os nativos e os negros (FURTADO; MONTEIRO, 2016). Mobilizados por esse princípio, segundo Furtado e Monteiro, foram os luso-brasileiros letrados que levaram o ideal de Raynal à Colônia, intensificando a movimentação clandestina de livros proibidos, cópias e impressões. Essa ação da literatura clandestina,⁶ foi responsável pela chegada silenciosa dos princípios libertários do Iluminismo ao Brasil.

A ELITE LETRADA DO ILUMINISMO

Porém, segundo a definição de Rouanet (2007), os movimentos de independência no Brasil buscavam somente a emancipação dos letrados e não pensavam, necessariamente, na

5 - Foram quinze luso-brasileiros matriculados na Universidade de Montpellier entre 1767 e 1791. São eles: Joaquim Seixas Brandão, Jacinto Silva Quintão, Inácio Ferreira Câmara, José da Maia Barbalho, Domingos Barbosa Lage, José Câmara R. Gusmão, Joaquim Souza Ribeiro, Eleutério José Delfim, Vicente Gomes Silva, Francisco Arruda Câmara, Manuel Arruda Câmara, Manuel Souza Ferraz, José Joaquim Carvalho, Faustino José Azevedo e José Vidigal Medeiros (CHANCON, 1990).

6 - Em especial, as tragédias políticas de Voltaire, traduzidas pelo desembargador José Pedro de Souza da Câmara sob anonimato, sendo o mais importante tradutor de Voltaire para o português, tendo vivido no Brasil por oito anos (IGLESIAS, 2016).

sociedade local, como preconizava o Abade Raynal. Como prova, segundo ele, falavam sobre a abolição da escravatura, mas não recorriam aos panfletos abolicionistas mais radicais distribuídos na Europa (ROUANET, 2007). Em concordância com essa afirmação, Alberto da Costa e Silva (2007, p. 87) reforça que a 'escravidão' não era tema central no movimento Iluminista do século XVIII,

[...] ela aparece geralmente como um tópico secundário nas longas digressões sobre a liberdade e os direitos humanos. Era a Europa e os processos de pensar, de produzir e organizar o conhecimento, que eles desejavam prioritariamente reformar, e não a África ou as Américas. O escravo e negro, neles, serão sempre, ou quase sempre, figuras abstratas.

Contudo, a influência libertária das Luzes na formação dos estudantes luso-brasileiros, especialmente em Montpellier, foi significativa e influenciou, de alguma forma, o conceito de autonomia no Brasil, dentro de um pequeno universo de pessoas. Como exemplo, a iniciativa do estudante José Joaquim da Maia, doutor em Matemática por Montpellier (MARTINS, 2012), que, em carta de 2 de outubro de 1786, escreveu a Thomas Jefferson, na época Embaixador dos Estados Unidos na França (no período de 1784-1789), relatando a opressão sofrida pelos colonos e solicitando apoio às intenções separatistas:

Os homens de letras são os que mais desejam uma revolução, o povo não é muito influído pelos padres. Muitos indivíduos sabem ler e escrever, possuem armas, e costumam servir-se delas para caçar. Os escravos têm que servir as causas dos senhores. Numa palavra, pelo que respeita à revolução não há mais que um pensamento em todo o país: mas não aparece uma pessoa capaz de dirigi-la ou que se arrisque pondo-se à frente e sem o auxílio de nação poderosa; todos temem que o povo os desampare. Os brasileiros consideram a revolução da América do Norte como precursora da que eles desejam: e dos Estados Unidos esperam todo o socorro (RODRIGUES, 1981, p. 55).

Em resposta, Jefferson manifestou seu apoio pessoal, apesar de não ter autoridade e nem instruções para se posicionar ao pedido de apoio militar, desejando manter uma boa relação com Portugal. Vale lembrar que a Declaração da Independência dos Estados Unidos, escrita por ele e apreciada pelos letrados republicanos, afirmava que todos os homens nasceram com direitos inalienáveis, como a liberdade, e que, para garanti-los, caberia ao povo o direito de alterar ou instituir um novo governo.

Mesmo sem o sucesso esperado, não devemos subestimar o espírito iluminista trazido pela pequena parcela de jovens que estudavam na Europa, fato que Wilson Martins (1977, p. 454) define como o pensamento de uma pátria política que "sorratamente penetra no espírito dessa geração". Sendo a Ciência o eixo central do pensamento iluminista, penetrou

lenta e silenciosamente na Colônia, transformando a forma de percebê-la. Não por acaso, Afrânio Peixoto, no prefácio do livro *O Brasil na administração pombalina*, avalia o século XVIII como a confluência de dois mundos: um que vai acabando e outro que vai começar, baseado nas ciências, nos manifestos de liberdade e nas consequentes e necessárias reformas que se multiplicariam dali em diante (CARNAXIDE, 1940).

A ELITE INTELECTUAL DO BRASIL COLONIAL

Os jovens letrados progressistas representavam uma pequena parcela da sociedade colonial, já que a maior parte da intelectualidade no Brasil, durante o período de dominação portuguesa, esteve nas mãos da elite e diretamente vinculada aos interesses da Coroa. Embora a elite letrada pudesse, talvez, compreender a necessidade do desenvolvimento econômico e social da Colônia, colocava-se à disposição dos interesses da metrópole, retornando em cargos administrativos ou políticos sob o comando português, aparentemente conformados com a estrutura de subserviência colonial instalada. Diversos naturalistas, matemáticos, médicos e advogados retornaram ao Brasil com seus diplomas, motivados pela moderna ciência da natureza para explorar a diversidade do mundo natural de sua terra natal, afirmam Pereira e Cruz (2014, p. 29):

É no contexto da política imperial que deve ser lida a produção intelectual dessa elite viajante que postulava o 'progresso' e a 'modernização' do Brasil, sim, mas como parte integrante do Império e não em contraposição a ele.

É importante considerar que a morte de Dom José, em 1777, encerrou 22 anos do poder autoritário de seu ministro Pombal, deixando um vasto legado de crueldade, em que, "pelo menos, quatro mil homens de pensamento haviam passado pelas masmorras ou foram eliminados de maneira trágica" (GONÇALVES, 1999, p. 78). A Rainha Maria I assumiria o trono de seu pai, como a primeira mulher a ocupar tal posição em Portugal – o início de seu reinado foi marcado pela crise gerada com a demissão de Pombal, com a libertação de presos políticos e com a recomposição da memória de vários personagens mortos na gestão de seu pai. Se, por um lado, o seu reinado instalou o avanço do comércio e da industrialização, com apoio às artes e às letras, por outro, defendeu a monarquia absolutista e puniu com rigor os movimentos libertários em suas colônias.

Para garantir seu poder absolutista, a Rainha mantinha forte controle na formação acadêmica de seus súditos, mantendo-se na busca por bons estudantes que pudessem servi-la; conforme evidenciado na Carta Régia de 3 de junho de 1782:

Sendo necessario, que na Minha Real Presença se qualifique o merecimento, e prestimo das pessoas que, havendo acabado os estudos que fizerão nessa Universidade, se destinão a servir-Me nos Lugares de Letras e próprios das Faculdades, que estudarão, para que á vista das qualificações, que tiverem, assim hajão de ser empregados no Meu Real Serviço (REPOSITÓRIO DIGITAL DA HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, 1782).

Na referida Carta Régia, a Rainha determinava ao Reitor da Universidade de Coimbra que os estudantes fossem avaliados em três aspectos, denominados 'informações morais': I. Procedimento e costumes; II. Merecimento literário; III. Qualidades de prudência, probidade e desinteresse. Ao final de cada ano acadêmico, a avaliação feita sigilosamente pelos docentes era apresentada à Coroa, qualificando o estudante como medíocre, suficiente, bom ou muito bom estudante; para que os melhores recém-graduados fossem incorporados ao Governo.

No Arquivo Nacional da Torre do Tombo, encontram-se os manuscritos da Junta da Administração do Real Colégio dos Nobres, em que estão diversos despachos do Reitor: "Acabado o anno lectivo me manda V. Magestade dar conta do progresso e adiantamento dos Estudos..." com a avaliação nominal dos estudantes, entre eles, Alexandre Rodrigues Ferreira com excelente avaliação (ANTT, 1768). Como resultado desse acompanhamento, frequentemente, longas relações nominais de bacharéis eram expedidas para o Brasil, definindo postos de trabalho aos egressos da Universidade de Coimbra, especialmente para a magistratura. A Figura 1 refere-se a uma "Relação de Bacharéis que Sua Alteza Real houve por bem despachar para os lugares de letras, abaixo declarados pelo Decreto de 14 de novembro de 1802" (AHU, 1802a).

Figura 1 Manuscritos: Relação de Bacharéis



Fonte: AHU, 1802a.

Portanto, o compromisso do retorno ao Brasil a serviço da Coroa estendia-se aos melhores estudantes luso-brasileiros egressos da Universidade de Coimbra, como exemplo, Antônio Ferreira França, bacharel em Medicina, em 1780, e em Matemática, em 1794, pela Universidade de Coimbra, citado por Sacramento Blake (1970, p. 161) como:

[...] tão brilhante inteligência sempre demonstrou, que obteve prêmios em todos os exames dos cursos, o célebre professor de Mathematica, José Monteiro da Rocha abriu sómente para elle uma aula de Astronomia; foi-lhe oferecida uma cadeira na universidade, que não aceitou, declarando que seus serviços pertenciam de direito ao Brazil.

Um dos primeiros livros de História do Brasil, escrito pelo luso-brasileiro Sebastião da Rocha Pitta (1660-1738), publicado em Lisboa, já que as tipografias eram proibidas na Colônia, em 1730, com o título *História da América Portuguesa*, descreve em 400 páginas as atividades na colônia entre 1500 a 1724. Pitta relata que, também a serviço da Coroa em seus domínios, diversos bacharéis nascidos no Brasil desenvolveram suas vidas profissionais em outras localidades do Reino. Podemos citar: Lucas José de Alvarenga, Governador de Macau; Joaquim Inácio de Lima e Salvador Correia de Sá, Governadores de Angola; Miguel Calmon Du Pin e Almeida que recebeu as comendas de grã-cruz da Ordem belga de S. Leopoldo e da Ordem Espanhola de Carlos III; José da Natividade de Saldanha, professor de Humanidades em Bogotá; João Cardoso Pizarro, Governador em Cabo Verde; Cândido Baptista de Oliveira realizou missões diplomáticas em Turim, S. Petersburgo e Viena; Thomé de Sousa Correia, Castelão de Moçambique; Manuel de Assis Mascarenhas, diplomata português com missão em Berlim e Viena; José de Araújo Ribeiro, diplomata português com missão em Nápoles, Paris e encarregado de negócios nos Estados Unidos, entre outros (PITTA, 1880; MORAIS, 1949).

LUSO-BRASILEIROS ATUANTES NA UNIVERSIDADE DE COIMBRA

Não é incomum localizarmos a participação de luso-brasileiros na trajetória histórica da Universidade de Coimbra, especialmente na Reforma Pombalina, com a gestão de Dom Francisco de Lemos de Faria Pereira (1735-1822), o então Reitor Reformador da Universidade, que atuou em dois mandatos – 1770 a 1779 e 1779 a 1821. Em sua primeira gestão, Dom Francisco foi responsável por efetivar a criação de novos cursos e pela implantação do novo estatuto. Já em seu segundo mandato, em função da invasão napoleônica, paralisou as atividades da universidade e permaneceu na França entre 1808 e 1814, compondo a comissão encarregada de se apresentar a Napoleão (MORAIS, 1949).

Também no âmbito da Reforma da Universidade, encontramos no Arquivo Nacional da Torre do Tombo manuscritos de 1778 com diversas reflexões sobre a reforma em andamento,

em que se discutia, por exemplo, a criação das disciplinas previstas no 'novíssimo Estatuto'. Entre os documentos pertencentes à pasta, localizamos: I. Manuscrito sobre a criação da cadeira de Cirurgia Terapêutica, onde argumentava-se a forma de "unir a Ciryurgia á Medicina, e se compor delas o curso Médico", estando presente o nome de José Correia Picanço para assumir a cadeira de Anatomia; II. Consta o nome do bacharel Vicente Coelho de Seabra para assumir como lente, a cadeira de Química; III. Manuscrito sobre a criação da cadeira de matemática, onde o Reitor manda doutorar seis "bacharéis dos mais distintos" (ANTT, 1778) oferecendo-lhes as *Insignias Doctoraes* para que pudessem assumir as atividades docentes, dentre eles, o estudante do Brasil, Joaquim Velloso de Miranda; IV. Referências explícitas também aos seguintes luso-brasileiros, para o corpo docente da nova Faculdade de Filosofia que estava sendo criada: José da Costa Azevedo e Alexandre Rodrigues Ferreira para a cadeira de História Natural e João da Silva Feijó para a cadeira de Demonstração de Química (ANTT, 1778).

Portanto, era frequente que estudantes luso-brasileiros ocupassem posições de lentes na Universidade de Coimbra, prova do reconhecimento de suas competências intelectuais⁷ (RODRIGUES, 1992, 2003).

LUSO-BRASILEIROS NAS ACADEMIAS DE CIÊNCIA DA EUROPA

José Bonifácio de Andrada e Silva (1763-1838) talvez seja o investigador que melhor represente a participação de um luso-brasileiro na Ciência europeia. Iniciou a sua formação humanista ainda no grau médio, em São Paulo, entre 14 e 17 anos, sob orientação do Bispo D. Frei Manuel da Ressurreição. Seguindo para o Rio de Janeiro, a pesca de baleias na Armação de Bertioga o marcou tão profundamente que seu primeiro trabalho foi dedicado ao tema.

Ao chegar à Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, em 1783, logo após a Reforma Pombalina, José Bonifácio transferiu-se para a Faculdade de Filosofia, onde estudou Filosofia Racional e Moral, História Natural, Física Experimental e Química Teórica e Prática – sob a inspiração iluminista. Recém-formado, ingressou como sócio na Academia Real de Ciências de Lisboa, onde apresentou seu primeiro trabalho *Memória sobre a pesca das baleias, e extração do seu azeite, com algumas reflexões a respeito das nossas pescarias* –, declarando sua preocupação com o aproveitamento racional dos recursos naturais, marca presente de seus estudos futuros.

A Academia de Ciências de Lisboa lançava naquele momento um programa de formação no exterior, pelo período entre 1790 e 1800, dedicado aos

7 - A relação nominal dos professores contratados até 1818 está no Apêndice 1.

[...] jovens cientistas, ou candidatos a tal, para aperfeiçoar estudos nos grandes centros da Europa. A ideia não era nova em Portugal: outro brasileiro, José Francisco Leal, nascido no Rio e formado em Medicina em Coimbra, fora mandado por Pombal a especializar-se em Montpellier e Viena (LIBERALLI, 1963, p. 12).

Assim, Bonifácio, acompanhado de outro luso-brasileiro, Manuel Ferreira da Câmara Bethencourt e Sá, que coordenou a missão, seguiu para Paris, conforme Portaria Ministerial que determinava a aquisição de conhecimentos em Mineralogia e outras áreas da Filosofia e História Natural, por meio de viagens e expedições filosóficas que tiveram duração de dez anos. Como bolsista da Academia, José Bonifácio estudou com os químicos franceses Antoine François de Fourcroy (1755-1809) e Balthasar Georges Sage (1740-1824), interessando-se pela análise química dos minerais. De Paris, seguiu para a Alemanha, onde adquiriu experiência prática em minas de prata, chumbo, cobre, estanho, arsênio e zinco, sendo a Academia de Minas de Freiberg a Meca do ensino em Mineralogia e Geologia práticas (LIBERALLI, 1963). Foi lá que Bonifácio pôde aprender com os maiores mineralogistas da época, como o geólogo Abrahão Gottlob Werner (1749-1817).

Continuou sua viagem exploratória pela Itália, Dinamarca, Holanda e Suécia. A sua mais valiosa contribuição à Ciência, foi a descoberta de doze espécies novas ou variedades de minerais. Em especial, a descoberta do minério que denominou como '*petalite*', fundamental para que o químico sueco Johann August Arfvedson (1792-1841) descobrisse o elemento Lítio e reconhecesse a colaboração de Bonifácio. Seu nome está associado à descoberta da 'criolita' (onde se encontraria o flúor no final do século XIX), do 'salite', entre outros elementos.

Suas publicações alcançaram reconhecimento, e, assim, De Andrada, como era conhecido, foi eleito membro das seguintes academias: Academia Filomática de Paris, Sociedade de História Natural de Paris, Real Sociedade de Londres, Academia Werneriana, Sociedade dos Amigos da Natureza de Berlim, Real Academia de Ciências de Estocolmo, Sociedade Geológica de Londres, Mineralógica e Lineana de Jena e Filosófica de Filadélfia. Tais Academias e Sociedades não somente reconheceram merecidamente a competência científica de Bonifácio, como também estabeleceram parceria com ele, enquanto membro correspondente na América portuguesa.

Em seu diploma como membro da Sociedade dos Amigos da Natureza de Berlim, conferido em 17 de janeiro de 1797, destaca-se não somente sua competência, assim como seu compromisso em enriquecer a sociedade e o seu museu com notícias e trabalhos do Brasil – prática comum nas academias científicas da época, com interesse nas novas descobertas além-mar, como comprova o texto⁸:

8 - Tradução anexa ao diploma original que se encontra no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

Plenamente convencidos de que num lugar e numa região é apenas possível realizar grandes progressos na observação e estudo da Natureza, nós da Sociedade dos Amigos da Natureza, clementissimamente aprovada por Sua Majestade Real da Prússia, achamos indispensável possuir, em todas as partes e países, amigos devotados que participem com diligente e prazenteiro entusiasmo dos nossos objetivos de utilidade geral, ilustrem as nossas reuniões com notícias ou trabalhos importantes no campos da física, enriqueçam o nosso museu e a nossa biblioteca mediante dádivas referentes às coisas notáveis de seus países, ou com os seus escritos, pondo-nos desse modo na posição de tirar melhor proveito e resultado das nossas reuniões e dos nossos esforços.

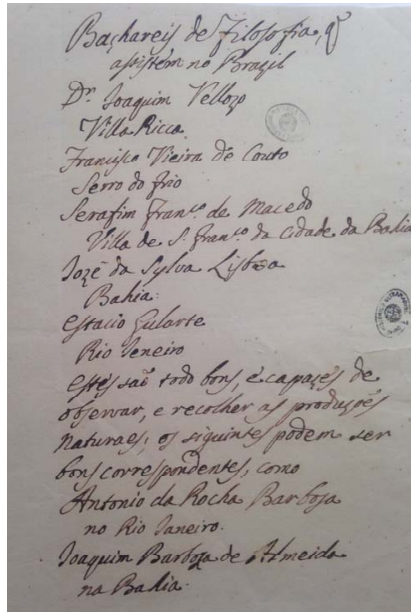
Assinam o diploma: os acadêmicos Joh. Friedr. Wilhelm Herbst, Martin Klaproth, Dietrich Karsten, e quase quatro dezenas de sócios da Gesellschaft Naturforschender Freunde (FRIEDR, 1797).

Não é difícil imaginar o impacto que o desafio em desvendar a riqueza natural do Brasil gerava na curiosidade das academias científicas do mundo, sob a luz do Iluminismo. Em uma breve pesquisa bibliográfica, é possível localizar um bom número de publicações estrangeiras tendo o Brasil como objeto de investigação – Apêndice 2.

Da mesma forma, é correto inferir que os nativos do Brasil tenham sido importantes na produção desses conhecimentos locais. O professor italiano Domenico Vandelli (1735-1818), responsável pelas Viagens Filosóficas enquanto diretor do Jardim Botânico da Universidade de Coimbra, sabia o valor do que estava a ser descoberto no Brasil e parecia conhecer a força do trabalho desses jovens bacharéis nascidos na América portuguesa e formados na Europa. Não por acaso, cercou-se de muitos deles, escolhendo seu aluno Alexandre Rodrigues Ferreira (1756-1815) para realizar a mais importante viagem exploratória do período colonial, com a missão de inventariar a natureza, as comunidades indígenas e seus costumes, bem como as viabilidades econômicas dos produtos naturais e suas aplicabilidades.

O bilhete de Vandelli, arquivado no Instituto Histórico Ultramarino de Lisboa, recomendava alguns de seus alunos (todos luso-brasileiros) para a Academia Real de Ciências de Lisboa. Analisando a produção textual desses correspondentes nas atas das Sociedades Literárias e nas Memórias da Academia de Lisboa, fica clara a ação dos letrados luso-brasileiros enquanto partícipes e colaboradores na produção de conhecimento em ciências naturais. O Manuscrito *Bacharéis de filosofia que assistem no Brazil* (Figura 2) lista Joaquim Vellozo, Francisco Vieira de Couto, Serafim Francisco de Macedo, José da Sylva Lisboa e Otávio Gularte, seguidos da observação de que "*todos são bons e capazes de observar e recolher as produções naturais*", e, por fim, sugere como correspondentes Antonio da Rocha Barbosa e Joaquim Barbosa de Almeida (AHU, 1802b).

Figura 2 Manuscritos: *Bacharéis de Filosofia que assistem no Brazil*



Fonte: AHU, 1802b.

A Academia havia sido criada em 1779 – mesmo ano em que a Academia de Ciência do Rio de Janeiro foi fechada – com a missão de promover a ciência e o ensino para o progresso de Portugal, por meio de três grandes áreas de investigação e interesse: Ciências da Observação, Ciências do Cálculo e Belas Artes, estendidas posteriormente às ciências aplicadas. Entre os seus desafios, pretendia estabelecer um inventário científico de suas colônias, com especial interesse em conhecer suas potencialidades exploratórias e sua aplicação; nesse contexto, a presença de luso-brasileiros letrados, a seu serviço como correspondentes, justificava-se plenamente.

Não por acaso, até a Independência do Brasil, mais de 40 luso-brasileiros foram eleitos membros da Academia Real das Ciências de Lisboa. As Memórias da Academia são provas irrefutáveis da participação ativa desses membros. A relação nominal dos membros da Academia entre 1780 e 1822 (LIMA, 2009; MELO, 1901), nascidos no Brasil, pode ser conferida no Apêndice 3.

Entre os acadêmicos luso-brasileiros está o Frei José Mariano da Conceição Velloso (1742-1811), eleito para a Academia Real de Ciência de Lisboa em abril de 1791. Estudou Filosofia e Teologia no convento franciscano de Santo Antônio, desempenhando importante papel na divulgação de trabalhos em ciências naturais. Dirigiu algumas tipografias em Lisboa, imprimindo com frequência atividades desenvolvidas no Brasil em agricultura, criação de animais, instalação de fábricas e a mineração na colônia. Traduziu inúmeras obras de estudiosos

estrangeiros em ciências naturais (FERRAZ, 2000). Como investigador, sua mais importante obra naturalista, *Flora Fluminensis*,⁹ é reconhecida como um valioso inventário das espécies vegetais coletadas no Rio de Janeiro e em São Paulo, com 1.639 descrições de plantas em latim em onze volumes com ilustrações botânicas. Seu trabalho não foi publicado em vida, embora haja no Arquivo Histórico Ultramarino, o registro de seu pedido à Coroa, onde recomendava que a influência da Academia de Ciências de Lisboa não pudesse prejudicar a impressão de seu livro (AHU, 1795).

Localizamos no Arquivo Nacional da Torre do Tombo o decreto de 9 de dezembro de 1796, elevando a pensão do Frei Velloso como recompensa pelos serviços prestados à botânica, comparando-o ao mais célebre naturalista Carlos Lineu (1707-1778), bem como ao botânico sueco Carl Peter Thunberg (1743-1828), ao inglês Joseph Banks (1743-1820) e ao sueco Daniel Solander (1733-1782):

Sendo muito presentes os grandes merecimentos, e raro engenho de Frei Jozé Mariano da Conceição Vellozo, que sem socorro algum poude elevar-se a hum ponto tal de luzes Botânicas, que mereceo pela sua Flora do Rio de Janeiro, ser comparado a Lineo, Thumberg, Banks e Solander, e desejando dar lhe huma nova prova do muito o considero, e do desejo que tenho de recompensar não só o seu talento mas o Amor que professa e tem mostrado pelo Meu Real Serviço e pela Minha Gloria, e Grandeza da Minha Coroa e seus vastos Dominios (ANTT, 1796).

Para Bediaga e Lima (2015), a obra do Frei Velloso deve ser valorizada pelo caráter inovador da investigação, pela qualidade diagnóstica das descrições e ilustrações. A autora Kury também relata que ele teve destaque na cultura impressa do iluminismo e foi um divulgador ativo da relação entre texto e prática científica (KURY, 2015).

A relevância de seu trabalho foi reafirmada no século XIX, com a iniciativa da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro em oferecer o livro *Flora Fluminensis* às diversas bibliotecas do mundo, com o objetivo de divulgar a riqueza da flora brasileira, bem como estabelecer trocas com acervos internacionais (BN, 1802). Como resultado, há diversas cartas na biblioteca nacional digital datadas de 1854, confirmando a presença do trabalho do Frei Velloso em acervos dos Governos da Bélgica, Áustria, Grã-Bretanha, Estados Unidos da América, Nápoles e Santa Sé.

LUSO-BRASILEIROS EM AÇÕES ESTRATÉGICAS DO GOVERNO

Escolhemos alguns fatos históricos que reforçam a presença ativa dos investigadores nascidos no Brasil em ações importantes do governo português do século XVIII. Como exemplo,

9 - Original arquivado na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.

temos o diagnóstico assinado por José Picanço, membro da Academia de Ciências de Lisboa, com outros quinze médicos, no Atestado Médico da Incapacidade Física da Rainha D. Maria I, usada como prova de sua impossibilidade em expandir os negócios do governo, passando a representação do Conselho do Estado ao príncipe D. João (ANTT, 1792).

Outro exemplo foi a carta de José Bonifácio de Andrada e Silva, enquanto Secretário da Academia de Ciências de Lisboa, ao solicitar providências à Coroa para que a prática da vacinação se tornasse sólida e permanente, atendendo a população de todo o Reino. Como desdobramento, em 27 de julho de 1815, a pedido da Coroa, a Academia de Ciências criou uma Comissão responsável por definir e executar o Plano de Vacinação, composta pelos também luso-brasileiros: Bernardino Antonio Gomes, Francisco de Mello Franco, Alexandre Antonio das Neves e Francisco Manoel Frago de Aragão Morato (ANTT, 1815), que definiram a política de vacinação no Império português, como rotina.

Até mesmo na elite científica lusitana o Brasil se fez presente, já que entre os investigadores portugueses eleitos para a Royal Society pelo menos dois deles estiveram no Brasil por mais de quatro anos. O primeiro foi António Álvares da Cunha (1700-1791), vice-Rei do Brasil por quatro anos, ocasião em que a capital foi transferida de Salvador para o Rio. E o matemático Garçon Stoeckler (1759-1829), que viveu no Rio de Janeiro entre 1812 e 1820, onde escreveu sobre a Educação Pública no Brasil, tendo participado da definição do projeto educacional da Academia Militar do Rio de Janeiro.

Caberá aos historiadores das Ciências, a nosso ver, mapear esses intelectuais, não apenas com a intenção de reconhecê-los, mas, especialmente, com o desafio de compreender as razões pelas quais, havendo no Brasil competência formada, atuante e requisitada, não foram suficientes para vencer as resistências da Coroa e implantar uma primeira universidade em solo brasileiro. Não há como afirmar se o conhecimento institucionalizado em uma academia formal poderia ter escrito uma história nacional diferente, mas valeria identificar as reais razões para sua inexistência. Razões essas que consolidaram a dominação portuguesa por mais de três séculos.

CONCLUSÃO

A nascente prática científica luso-brasileira, na segunda metade do século XVIII, embora não tenha sido realizada em instituições científicas da colônia e tão pouco tenha sido produzida dentro de uma universidade do Brasil, é um marco na história de suas ciências. Estamos falando de homens letrados, nascidos em uma colônia desprovida de instituições de ensino e pesquisa, com a maior parte da população analfabeta, mas que venceram a distância e escreveram seus nomes nas memórias de algumas Academias de Ciência.

Podemos considerar que as riquezas naturais a serem exploradas no novo mundo, acrescida da qualidade dos letrados formados na Europa Iluminista, foram responsáveis pela

inserção, mesmo que tímida, do Brasil no cenário do conhecimento mundial. É evidente que ainda havia muito a ser feito, mas a chegada silenciosa do conhecimento, resultado de ações isoladas e individuais, não institucionalizadas em solo brasileiro, pode ser um ponto de partida para compreendermos a formação da sociedade intelectual brasileira.

The Luso-Brazilian science in enlightenment Europe of the XVIII century

Abstract: The illuminist ideals of the XVIII century reached Brazil through clandestine books that fed the separatist movements, as well as, through the literate elite in Europe, who returned to the Colony, almost always, in the service of the Portuguese Crown. In the present work, we will analyze these distinct paths, fundamental for scientific knowledge to arrive (even if timidly) to Colonial Brazil. We will also see the growing interest of the international scientific community in the study of the natural wealth of this new world, to be revealed from an Enlightenment point of view, a fact that has significantly transformed the relevance of the research carried out by Luso-Brazilians.

Keywords: Illuminist ideals in Brazil, Personalities of Luso-Brazilian Science, Academies of Science. History of Brazilian Science. Education in Brazil.

REFERÊNCIAS

ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO (AHU). *Manuscritos de Frei José Mariano Velloso*. Caixa 30, pasta 7. Reino, 1795.

ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO (AHU). *Manuscritos de Domingos Vandelli*. Relação de Bacharéis, ACL_CU_035, cx 13, d. 1113. Lisboa, 1802a.

ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO (AHU). *Manuscritos de Domingos Vandelli*. Bacharéis de Filosofia que assistem no Brazil, pasta 26. Reino, 1802b.

ARQUIVO NACIONAL TORRE DO TOMBO (ANTT). *Decreto de 9 de dezembro de 1796*. Conde de Linhares, mç 28, 1796.

ARQUIVO NACIONAL TORRE DO TOMBO (ANTT). *Manuscritos, 1768*. Consultas relativas a assuntos de instrução pública. Ministério do Reino, mç. 3483, 1768.

ARQUIVO NACIONAL TORRE DO TOMBO (ANTT). *Manuscritos, 1815*. Negócios diversos da Academia Real de Ciências de Lisboa. Ministério do Reino, mç. 353, cx 471, 1815.

ARQUIVO NACIONAL TORRE DO TOMBO (ANTT). *Manuscritos, F. F., 1792*. Diversos. MC 2, n. 6 e 7. Lisboa, 1792.

ARQUIVO NACIONAL TORRE DO TOMBO (ANTT). *Manuscritos, U., 1778*. Reforma da Universidade de Coimbra. Ministério do Reino, mç. 59, caixa 645. Coimbra, 1778.

BEDIAGA, B.; LIMA, H. A "Flora Fluminensis" de frei Vellozo: uma abordagem interdisciplinar. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi Ciências Humanas*, Belém, v. 10, n. 1, p. 85-107, jan./abr. 2015.

BIBLIOTECA NACIONAL (BN). Carta ao ministro, expondo seu projeto de oferecer exemplares da "Flora Fluminense" às delegações estrangeiras, esperando obter em troca obras de seus respectivos países para a Biblioteca Nacional. 30, 2, 011, n° 041 – Manuscritos. Rio de Janeiro: [s.n.], 1802.

BLAKE, A. V. A. S. *Diccionario Bibliographico Brasileiro Volume 1: Letras A-B*. Rio de Janeiro: Conselho Federal de Cultura, 1970.

CANDIDO, A. *Literatura e sociedade*. 9. ed. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2006.

CARNAXIDE, A. de S. P. *O Brasil na administração pombalina: economia e política externa*. São Paulo: Companhia da Editora Nacional, 1940.

CHACON, V. Étudiants brésiliens a Montpellier et Révolution Française. *Historiques de la Révolution Française*, v. 282, p. 485-492, 1990. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/41914679>>. Acesso em: 23 mar. 2018.

COSTA E SILVA, A. de. Os iluministas e a escravidão. In: CONFERÊNCIA O ILUMINISMO LUSO-BRASILEIRO, 2006, Lisboa. *Atas...* Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2007. p. 81-89.

DIAS, M. O. L. da S. Aspectos da Ilustração do Brasil. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, n. 278, p. 105-170, jan./mar. 1968.

FERRAZ, M. H. A produção do salitre no Brasil Colonial. *Química Nova*, v. 23, n. 6, p. 845-850, nov./dez. 2000.

FRIEDR, J. e. Gesellschaft Naturforschender Freunde. *Diplom*, MAP 9.1.48 – Docs Arm. 3 G. 1 n. 48. Berlim, 17 jan. 1797.

FURTADO, J.; MONTEIRO, N. G. Os Brasis na Histoire des Deux Indes do abade Raynal. *Varia Historia*, v. 32, n. 60, p. 731-777, set./dez. 2016. doi: 10.1590/0104-87752016000300007

GONÇALVES, A. *Gonzaga, um poeta do Iluminismo: biografia*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

IGLESIAS, P. M. O Tradutor dos Abomináveis princípios: José Pedro de Azevedo Sousa da Câmara e a circulação dos escritos de Voltaire em Portugal e no Brasil (1790-1834). *História*, São Paulo, v. 35, 2016. doi: 10.1590/1980-436920160000000101

KURY, L. B. O naturalista Veloso. *Revista de História*, São Paulo, n. 172, p. 243-277, jan./jun. 2015. doi: 10.11606/jissn.2316-9141.rh.2015.98752

LIBERALLI, C. H. José Bonifácio, cientista e tecnólogo. *Revista de História*, v. 27, n. 55, p. 13-29, set. 1963.

- LIMA, P. P. *Homens de ciência a serviço da coroa: os intelectuais do Brasil na Academia Real de Ciências de Lisboa: 1779/1822*. 2009. Dissertação (Mestrado em História dos Descobrimentos e da Expansão)–Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Lisboa, Portugal: Universidade de Lisboa, 2009.
- MARTINS, D. R. Brasileiros na Reforma Pombalina: criando novos caminhos da Ciência entre Portugal e o Brasil. In: PAIVA, J.; BERNARDES, J. *A Universidade de Coimbra e o Brasil*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2012. p. 29-55.
- MARTINS, W. *História da Inteligência Brasileira (1550-1794)*. São Paulo: Cultrix, 1977, 1 v.
- MELO, F. I. M. H. de. O Brasil intelectual em 1801. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, tomo 64, v. 103, p. 5-31, 1901.
- MORAIS, F. Estudantes na Universidade de Coimbra nascidos no Brasil. *Brasília*, IV, suplemento, 1949.
- MOREIRA, I. C. A expedição de Couplet à Paraíba: 1698. *Revista da Sociedade Brasileira de História da Ciência*, p. 23-31, 1991.
- PEREIRA, M.; CRUZ, A. Os colonos cientistas da América Portuguesa: questões historiográficas. *Revista de História Regional*, Ponta Grossa, PR, v. 19, n. 1, p. 7-34, 2014. Disponível em: <<http://www.revistas2.uepg.br/index.php/rhr/article/viewFile/5419/4085>>. Acesso em: 5 jul. de 2017.
- PITTA, S. da R. *História da América Portuguesa*. 2. ed. Lisboa: Editor Francisco Arthur da Silva, 1880.
- REPOSITÓRIO DIGITAL DA HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO. *Carta Régia*. Portugal, 3 jun. 1782. Disponível em: <<http://193.137.22.223/pt/patrimonio-educativo/repositorio-digital-da-historia-da-educacao/legislacao/seculo-xviii/1781-1790/>>. Acesso em: 10 out. 2017.
- RODRIGUES, L. B. José Joaquim da Maia e Thomas Jefferson: correspondência e encontro de Maia e Jefferson na França, 1786. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, n. 333, 53-70, out./dez. 1981.
- RODRIGUES, M. A. *A Universidade nos seus estatutos*. Coimbra: Universidade de Coimbra, 1988.
- RODRIGUES, M. A. *Memoria Professorum Vnirsitatis Conimbrigensis 1772-1937*. Coimbra: Arquivo da Universidade de Coimbra, 1992.
- RODRIGUES, M. A. *Memoria Professorvm Vniversitatis Conimbrigensis 1290-1772*. Coimbra: Arquivo da Universidade de Coimbra, 2003.
- ROUANET, S. P. Portugal e Brasil entre a Ilustração e o Iluminismo. In: CONFERÊNCIA O ILUMINISMO LUSO-BRASILEIRO, 2006, Lisboa. *Atas...* Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2007. p. 127.

SALGADO, J. V.; GUSMÃO, S.; KAHN, J. L.; MAITROT, D. Brasileiros estudantes de medicina em Montpellier no século XVIII. *Sociedade Brasileira de História da Medicina*, São Paulo, 22 jun. 2011. Disponível em: <<http://sbhm.webnode.com.br/news/brasileiros-estudantes-de-medicina-em-montpellier-no-seculo-xviii/>>. Acesso em: 23 mar. 2018.

APÊNDICE 1

PROFESSORES DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA, NASCIDOS NO BRASIL

1. Manuel Botelho de Oliveira, Leis em 1664, primeiro luso-brasileiro a se tornar lente na UC.
2. Alexandre da Silva Correia, Lente em Leis entre 1693 a 1699.
3. António Bernardo de Almeida, Lente em Cânones entre 1726 a 1771 onde foi jubilado, doutorou-se em 1726.
4. Silvestre de Souza Vilas-Boas, Lente em Leis em 1726 e 1727.
5. João Ribeiro Pessoa, Lente substituto em Cânones em 1738.
6. António da Rocha Ferreira, Lente em Cânones entre 1737 a 1760, onde foi jubilado, doutorou-se em 1727.
7. Joaquim José Vieira Godinho, Lente em Cânones em 1744, Doutorado em 1744.
8. Salvador Pereira da Costa, Lente em Leis entre 1762 a 1764, tendo se doutorado em 1761.
9. José de Santa Rita Durão, Lente em Cânones em 1756.
10. Caetano Correia de Seixas, Lente em Cânones entre 1749 a 1773, onde jubilou-se, tendo se doutorado em 1730.
11. Vasco Lourenço Veloso, Lente em Leis entre 1754 a 1764, doutor em 1752.
12. Vicente Gonçalves Lage, Lente em Artes em 1748 e Cânones entre 1758-59, tendo se doutorado em 1752.
13. João Pereira Ramos de Azeredo Coutinho, Lente em Cânones entre 1752-1755, doutorou-se em 1744.
14. António Teixeira da Mata, Lente em Leis entre 1738-1739, doutorou-se em 1738.
15. António Manuel Nogueira, Lente em Leis entre 1752 a 1757.
16. Ângelo Ferreira Dinis, Lente em Medicina entre 1800-1843 onde foi jubilado, Doutor em 1799.
17. António de Barros Lopo, Lente em Leis entre 1796-1797, Doutor em 1796.
18. António Francisco Bastos, Lente em Matemática entre 1787-1794, Doutor em 1785.
19. António Joaquim Nogueira da Gama, Lente em Medicina entre 1795-1798, Doutor em 1795.
20. António Lopes Carneiro, Lente em Leis entre 1754-1777, Doutor em 1750.
21. Caetano Correia de Seixas, Lente em Cânones em 1772, Doutor em 1730.
22. Cândido Rodrigo Alves de Figueiredo e Lima, Lente em Leis entre 1818-1834, Doutor em 1814.
23. Carlos José Pinheiro, Lente em Medicina entre 1819-1834), Doutor em 1816.
24. Gregório José da Silva Coutinho, Lente em Leis em 1792, Doutor em 1789.

25. João Fortunato Ramos dos Santos Pinto, Lente em Leis entre 1800-1834, Doutor em 1796, demitido por motivos políticos.
26. Domingos de Santa Anna, Lente em Teologia entre 1795-1803, Doutor em Teologia e Matemática em 1795.
27. Francisco de Oliveira Durão, Lente em Teologia entre 1787-1801, Doutor em Matemática em 1782.
28. Francisco José Arantes, Lente em Teologia entre 1820-1826, Doutor em 1820.
29. Francisco Pires de Carvalho e Albuquerque, Lente em Cânones entre 1779-1787, Doutor em 1768.
30. Francisco Sodrê Pereira, Lente em Cânones entre 1782-1806, Doutor em 1782.
31. Joaquim dos Reis, Lente em Cânones e Leis entre 1790-1810, Doutor em 1794.
32. Joaquim Veloso de Miranda, Lente em Filosofia entre 1779-1780, lecionava História Natural de Física Experimental, Doutor em 1778.
33. José Bonifácio de Andrada e Silva, Lente em Filosofia entre 1801-1814, Doutor em 1801 (por carta régia).
34. José Correia Picanço, Lente em Medicina entre 1772-1790, Estudou Cirurgia no Recife – publicação: Ensaio sobre as sepulturas nas cidades e seus entornos, Rio.
35. José Francisco Leal, Lente em Medicina 1772-1783, Doutor em 1772.
36. José Joaquim Vieira Godinho, Lente em Leis entre 1773-1781, Doutor em 1772
37. José Marques Vieira, Lente em Filosofia entre 1784-1803 onde foi jubilado, Doutor em 1783.
38. José Xavier Teles, Lente em Cânones em 1790-1815, Doutor em 1778, Lente de Prima jubilado por carta régia de 25.11.1814.
39. Luís Joaquim Correia da Silva, Lente em Leis entre 1781-1797, Doutor em 1778.
40. Luís Rodrigues Vilares.
41. Manuel Bernardo de Souza Magalhães, Lente em Leis em 1789 e em 1795, Doutor em 1785.
42. Manuel Luís Soares, Lente em Leis entre 1772-1778 Licenciado em 1762.
43. Marcelino Pinto Ribeiro Pereira de Sampaio, Lente em Cânones entre 1772-1804, Doutor em 1760.
44. Paulino de Nola Oliveira e Sousa, Lente em Filosofia entre 1793-1830, Doutor em 1793.
45. Vicente Coelho da Silva Seabra e Teles. Lente em Filosofia entre 1791-1804, Doutor em 1791.
46. Manuel Martins Bandeira, Lente em Filosofia entre 1818-1854 onde foi jubilado, Doutor em 1817, regeu a cadeira de Química e foi vogal do Conselho Superior de Instrução Pública de Portugal.

APÊNDICE 2

BREVE RELAÇÃO DE ARTIGOS CIENTÍFICOS SOBRE O BRASIL¹⁰

- Vertoogh by Een Lief-Hebber es Vaderlants Vertoont. Teghenhet Ongesondeerde Ende Schadelijck Sluyten Der Vryen Handelin Brazil. [Amsterdam]: In't Jaer Ons Heeren, 1637.
- De Seer Aanmerklijke En Vermaarde Reys Van Johannes Lerijs Na Brazil in America. Gedaan Anno 1556.... Te Leyden: By Pieter Vander Aa, Boekverkoper, 1706.
- An Authentic Narrative of the Mutiny on Board the Ship Lady Shore; with Particulars of a Journey Through Part of Brazil: In a Letter Dated "Rio Janeiro, Jan. 18, 1798" to the Rev. John Black, Woodbridge / From Mr. John Black, One of the Surviving Officers of the Ship. Ipswich: Printed by John Bush: Sold By G.G. And J. Robinsons and T. N. Longman, 1798.
- Travels in the Interior of Brazil, Particularly in the Gold and Diamind Districts of that Country, by Authority of the Prince Regent of Portugal: Including a Voyage to the Rio De La Plata, and an Historical Skecth of the Revolution of Buenos Ayres Illustrated with Engravings / By John Mawe, Author of "The Mineralogy of Derbyshire".
- Brande, William Thomas. An account of a vegetable wax from Brazil, Phil. Trans. R. Soc. Lond. 101, 261-268. 1811 The History of Brazil, from the Period of the Arrival of the Braganza Family in 1808, the Abdication of Don Pedro the First in 1831 / By John Armitage.
- Reis-Beschryving Door De Zuid-Zee, Langs De Kusten Van Chili, Peru En Brazil, Opgesteld Op Eene Reistocht Gedaan in De Jaren 1712, 1713, En 1714 / Door Den Here Frezier Ingenieur Des Konings Van Vrankryk ; Het Eene Uit Fransch Vertaalt Door Isaak Verburg. Te Amsterdam: By R. En G. Wetstein, 1718.
- Travels in Brazil / Henry Koster. London : Printed for Longman, Hurst, Rees, Orme, And Brown, : Printed By A. Strahan, 1816.
- Voyage Along the Eastern Coast of Africa, to Mosambique, Johanna, and Quiloa : To St. Helena: to Rio de Janeiro, Bahia, and Pernambuco in Brazil, In the Nisus Frigate / By James Prior, Esq. R.N.. London : Printed For Sir Richard Phillips and Co., 1819.
- Notes on Rio de Janeiro, and the Southern Parts of Brazil: Taken During a Residence of Ten Years in that Country, From 1808 To 1818 / By John Luccok. London: Printed For Samuel Leigh, In the Strand, 1820.
- The Natural and Political History of Portugal: From its First Erection into a Kngdom by Alphonso Son of Henry, Duke of Burgundy, Anno 1090 Down to the Present Time...

10 - Todos as referências presentes no APÊNDICE 2, pertencem ao acervo da Biblioteca Nacional de Portugal, em Lisboa, boa parte está disponível para consulta no site. Disponível em: <<http://purl.pt/index/geral/PT/index.html>>. Acesso em: 24 abr. 2018.

To Which is Added the History of Brazil, and all other Dominions Subject to the Crown of Portugal in Asia, Africa, and America / By Cha. Brockwell. London: Printed for the Author: And Sold By T. Warner at the Black-Boy in Pater-Noster-Row, 1726.

- The Voyages of Sir James Lancaster to Brazil and the East Indies: 1591-1603 / A New Edition with Introduction and Notes by Sir William Foster, C.I.E.London: Printed for the Hakluyt Society, 1940. 2ª Edição.
- Memoires Relatifs À L'expedition Au Rio Grande De La Quelle Je Fus Charge Par Le Roi Dom Ioze Io Depuis Le Decembre De 1774 Jusqu'a Sa Fin A L'an De 79, Avec Mes Lettres Ecrites Au Marquis De Lavradio, Vice Roi Du Bresil [Manuscrito] / João Henrique De Bohm. 1774.
- Travels in Brazil / Henry Koster. London : Printed for Longman, Hurst, Rees, Orme, And Brown, : Printed By A. Strahan, 1816.

APÊNDICE 3

LUSO-BRASILEIROS ELEITOS PARA A ACADEMIA DE CIÊNCIAS DE LISBOA, ENTRE 1780 E 1822

1. Alexandre Rodrigues Ferreira
2. António Ferreira de Andrade
3. António Joaquim Medeiros
4. António Pires da Silva Pontes Leme
5. Balthazar da Silva Lisboa
6. Bernardino Antonio Gomes
7. Francisco de Melo Franco
8. Francisco Elias Rodrigues da Silveira
9. Francisco José de Lacerda e Almeida
10. Francisco Nunes Franklin
11. Francisco Villela Barbosa
12. Gaspar da Madre de Deus
13. Inácio Ferreira Câmara
14. João da Silva Feijó
15. João Manso Pereira
16. Joaquim de Amorim Castro
17. Joaquim Veloso de Miranda
18. José Álvares Maciel
19. José Bazilio da Gama
20. José Bonifácio de Andrada e Silva
21. José Correia Picanço
22. José da Costa e Azevedo
23. José de Sá Bettencourt Accioli
24. José Egídio Alvares de Almeida
25. José Joaquim Azeredo Coutinho
26. José Lino Coutinho
27. José Mariano da Conceição Veloso
28. José Pinto de Azeredo
29. Luís António de Oliveira Mendes
30. Manoel Jacinto Nogueira da Gama
31. Manuel Arruda da Câmara

32. Manuel da Câmara Bettencourt Aguiar e Sá
33. Manuel Inácio da Silva
34. Manuel Jacinto Nogueira da Gama
35. Manuel Joaquim Sousa Ferraz e Mendonça
36. Manuel Luíz Alvares de Carvalho
37. Mateus Valente do Couto
38. Serafim Francisco de Macedo
39. Simão Pires Sardinha
40. Vicente Coelho de Seabra Silva e Telles
41. Vicente José Ferreira Cardoso da Costa

Recebido em novembro de 2017.

Aprovado em março de 2018.